



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ** **Concelho do Porto**

### **ATA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2016**

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia de Freguesia de Campanhã**, no Auditório, sito na Rua Ferreira dos Santos, 57, presidida pela presidente Sr.<sup>a</sup> Sandra Inês Brandão dos Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:

***Ponto 1** – Aprovação das Atas das Assembleias anteriores;*

***Ponto 2** – Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia, conforme alínea e) do n.º 2 do Art.º 9º da Lei n.º 75/2013;*

Feita a chamada, pela Presidente Da Assembleia, Sr.<sup>a</sup> Sandra Santos, para verificação das presenças e existência de quórum, verificou-se a ausência do Sr. António Campos, do PS, (substituído pelo Sr. António Ribeiro), da Sr.<sup>a</sup> Ana Gomes, do PS, (substituída pela Sr.<sup>a</sup> Esmeralda Santos), do Sr. José Pimenta, da CDU (substituído pelo Sr. João Fernandes), da Sr.<sup>a</sup> Sandra Costa, do movimento “Porto é o Nosso Partido” (substituída pelo Sr. Edmundo Cancela), da Sr.<sup>a</sup> Alexandra Moutinho, do movimento “Porto é o Nosso Partido” e do Sr. Miguel Ferreira, do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Mesa, antes de dar início aos trabalhos, pediu dois elementos para a mesa. Foram indicadas pelo PS, a Sr.<sup>a</sup> Janete Nogueira, como primeira secretária, e a Sr.<sup>a</sup> Esmeralda Santos como segunda secretária.

No período **antes da ordem de trabalhos** efetuaram-se as seguintes intervenções:

- Cândido Correia, do movimento “Porto é o Nosso Partido”, sobre o conteúdo das atas, referindo que eram demasiado resumidas, não fazendo alusão a todos os aspetos tratados nas assembleias. Sugeriu que fossem “limadas arestas” na elaboração das mesmas. A Presidente da Assembleia referiu que esse era o primeiro ponto da ordem de trabalhos assunto seria tratado no próximo.
- João Fernandes, da CDU, questionou o Sr. Presidente de Junta acerca de novidades do Interface e sobre a previsão da colocação de parcometros em Campanhã. Pediu que se



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ**

### **Concelho do Porto**

sugerisse ao Sr. Presidente da Câmara que, no local onde estava localizado o antigo parque infantil, fosse construído um Pólo desportivo. Questionou também acerca da intervenção que irá sofrer o edifício existente no mesmo parque, dado que existia informação de que este poderia acolher um museu de arte contemporânea.

- José Miguel Silva, do PS, mencionando tratar-se de uma intervenção para o Relatório Trimestral. A Presidente da Assembleia, referiu que neste período era possível serem à junta de freguesia sobre assuntos da respetiva administração e resposta dos membros desta, pelo que passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta.
- Em resposta o Sr. Presidente informou que, relativamente ao Interface, a situação estava em fase de negociações de terrenos, sendo que o projeto já havia sido aprovado e que acreditava quer as obras teriam início antes do fim do mandato. Em relação ao Parque de São Roque, referiu que os técnicos da CMP consideraram que seria muito mais fácil o acesso ao mesmo na entrada, a seu ver é um sinal que a CMP tem atenção sobre o parque de São Roque. Quanto ao Palacete, mencionou existir uma entidade privada interessada em recuperar o mesmo, tendo a CMP que fazer uma cedência do mesmo durante um determinado número de anos. No que diz respeito à existência de um campo de futebol no Parque de São Roque, não lhe pareceu ser viável.

informa que o Interface é um projecto da CMP, estando presente no relatório uma alusão ao mesmo, informa que está em fase de negociação de terrenos e há um projecto que foi a concurso e aprovado. Menciona ainda que não comunga do pessimismo do Sr. Deputado e crê que as obras terão início antes do final do mandato. Refere a existência de um bom relacionamento com o Presidente da Câmara, que tem diversos projectos sobre Campanhã, o que demonstra o seu interesse sobre a Freguesia.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Mesa deu início ao período da ordem de trabalhos.

**Ponto um** – “Aprovação das Atas da Assembleias anteriores”.

- Não havendo pedido de intervenção por parte de qualquer elemento da Assembleia, foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ**

### **Concelho do Porto**

**Ponto dois** – *“Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia, conforme alínea e) do n.º 2 do Art.º 9º da Lei n.º 75/2013”*

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Ernesto Santos, que referiu que o relatório era sucinto e dava a conhecer o que de relevante tinha sido realizado no trimestre. Salientou: o Passeio dos Idosos; o trabalho desenvolvido pelo Gabinete Social e pelo Executivo, nomeadamente o Secretário que tem a seu cargo esse pelouro (um trabalho muito forte e dentro das possibilidades orçamentais da Junta, que tinha vindo a procurar minimizar as condições sociais precárias de alguns fregueses); o Cemitério, no que respeitava a um possível problema de saúde pública (deu a conhecer um relatório acerca das condições em que o mesmo se encontrava, apontando possíveis razões para incapacidade decomposição dos corpos, e os contactos tidos com a Delegada de Saúde Pública e desta com a CCDRN) e também no que se referia à canalização deste (a necessidade de levar a cabo uma obra de substituição da mesma, com um certo esforço financeiro à Junta). Concluiu referindo que todos os esforços eram desenvolvidos no sentido de tornar Campanhã melhor, fazendo com que ultrapassasse o atraso das últimas décadas. Demonstrou intenção que reverter a situação e considerou que a cidade do Porto poderia crescer por Campanhã, existindo largos hectares de terreno, desde o Dragão à Circunvalação onde se poderiam fazer projetos lindíssimos, e desejando que quem suceda este Executivo mantivesse com o mesmo espírito.

- Intervenção de Carlos Rogério Miranda, do PPD/PSD, iniciando por se congratular com a vistoria feita ao cemitério de Campanhã. Continuou colocando questões sobre a situação financeira. Primeiramente, considerou que a situação do saldo não o surpreendia e disse existir uma bonita “almofada” para despesas futuras, resultando da diminuição da despesa, no apoio financeiro social e no aumento das transferências da câmara. Em segundo lugar referiu que a informação de gestão habitualmente entregue onde constavam as dívidas da autarquia a 30 dias e superior a 30 dias não tinha sido entregue. Seguidamente, questionou se a alteração orçamental feita de pela autarquia não se tratava de um procedimento de ajuste direto (atendendo ao valores em causa, nomeadamente despesa de capital 36.324€, suportada por receitas correntes e saldos anteriores e os 59.300€ de receita de capital que serviram de contrapartida de reforço das



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ**

### **Concelho do Porto**

despesas correntes das quais 25.300€ para despesas de pessoal). Questionou também se, e tratando-se de uma melhoria de um bem ou aquisição, não seriam objeto de inventariação. O Sr. Presidente de Junta esclareceu que o aumento de capital não significava que poderiam ter um aumento de despesa exacerbado, era necessário ter consciência de que o que se tinha a mais num momento não significava que não viesse a ser necessário no futuro. Salientou “almofada” servir para o pagamento dos salários dos funcionários no início do ano uma vez que as verbas da CMP só chegariam em fins de Março, inícios de Abril. Esclareceu ainda que a situação se devia ao aumento das verbas transferidas da CMP, tendo este aumento sido negociado pela Junta com a Câmara Municipal do Porto e que não havia menos dinheiro para a Acção Social, a verba iria ser idêntica à do ano passado. O Plano de Emergência Social (PES) de Campanhã tinha uma verba aprovada em Assembleia, se fosse possível aumentar um pouco, tal seria feito. Contudo, seria necessário continuar a existir equilíbrio e rigor na atribuição de subsídios. O Sr. Carlos Rogério Miranda contrapôs com valores de anos anteriores, tendo o Sr. Presidente retorquido que o valor total era para três anos e o rigor ia aumentando com a experiência adquirida nos anos anteriores.

- Intervenção de Cândido Correia do Porto, Nosso Partido, mencionando que a gestão era da responsabilidade do Sr. Presidente. Agradeceu e louvou a iniciativa da vistoria realizada ao cemitério, mas a mesma não era vinculativa, gostava que fosse mesmo um relatório técnico que dissesse porque se tinha comprado o terreno, que tipo de pavimento seria, se era verdadeiramente o muro responsável ou se o problema já existiam antes do mesmo, e se, na altura da compra, houve alguém responsável por estas questões. Reforçou o lado positivo da preocupação do Sr. Presidente de Junta para com a situação, já que era a primeira vez, de que se lembrava como autarca, de tal ação e da elaboração de um relatório desse género. O Sr. Presidente da Junta referiu que tinha pedido uma audiência às Águas do Porto para que os seus técnicos fizessem uma vistoria mais avalizada da situação.
- Intervenção de Sara Guimarães, da CDU, colocando uma questão sobre a concessão limpeza da Freguesia (estaria previsto ser dada a privados à semelhança de outras Freguesias da cidade), e outra sobre habitação, nomeadamente a situação da Sr.<sup>a</sup> D.



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ**

### **Concelho do Porto**

Glória, moradora na Rua de Bonjoia (dando pormenores da situação problemática de saúde da mesma e das más condições em que a mesma vivia, bem como do conhecimento da Câmara Municipal do Porto de toda a situação, quer através de intervenções da CDU na Assembleia Municipal que através do vereador da Habitação Dr. Manuel Pizarro). Ainda relativamente a esta situação apelou à sensibilidade do Sr. Presidente de Junta para, juntamente com o Sr. Vereador Manuel Pizarro, tentassem resolver. O Sr. Presidente de Junta respondeu que, relativamente à limpeza, era necessário que Campanhã não ficasse desequilibrada das restantes. No que dizia respeito à segunda questão, informou que nas reuniões regulares que a Domus Social levava a cabo com as juntas de Freguesia já havia identificado a ilha onde habitava a freguesia em causa. Referiu que com as obras do Interface, essa ilha poderia desaparecer, tratando-se de uma situação que estava a ser equacionada. Mostrou disponível para realizar uma reunião com o Vereador da CDU na CMP para discutir com ele algumas situações. A Sr. Sara Guimarães referiu que não se podia estar à espera das obras do Interface, já que ainda não se conhecia data para o seu início. Mais uma vez pediu para que as excelentes relações com o Sr. Vereador Manuel Pizarro e também as institucionais fossem usadas para intervir em casos como este.

- Intervenção de José Miguel Silva, do PS, em resposta à situação levantada pela CDU, mencionou que, sendo um caso grave, o mesmo tinha de ser levado e resolvido independentemente das excelentes relações do Sr. Presidente com o Sr. Manuel Pizarro ou com o Sr. Presidente da Câmara. A política tinha de ser feita sem essa base que esperava que a política e a defesa do bem público não viesse a ter nada a ver com as excelentes relações que as pessoas pudessem ter entre elas. Na sua opinião, se as questões já foram colocadas ao executivo camarário, e se não foram resolvidas, deveria ser solicitado ao Presidente de Junta para saber o porquê, e este dar a conhecer à Assembleia a informação que lhe viesse a ser dada. Solicitou que o Presidente averiguasse o que se passava com esta campanhense, concordando com a deputada da CDU, que se de facto era um caso urgente não se poderia esperar pelo Interface para o ter solucionado. Passando ao relatório, questionou se tinha havido trabalho no terreno de despoluição do Rio Tinto para além da parte burocrática. Pediu informações sobre a



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ**

### **Concelho do Porto**

assinatura de um Contrato Local de Segurança para o Bairro do Cerco do Porto. No que dizia respeito ao relatório do cemitério, informou ter algumas dúvidas acerca das suas conclusões, considerou que, atendendo às mesmas, não sabia até que ponto a Junta teria competências, capacidade financeira ou capacidade técnica para fazer o que fosse necessário. O Sr. Presidente concordou com esta visão, mas esperava poder prestar mais esclarecimentos na próxima assembleia. Terminou ponderando propor uma alteração do regulamento do Cemitério, para que os desenterramentos sejam no mínimo de 5 em 5 anos e não de 2 em 2 como está atualmente. Relativamente ao Protocolo de Segurança, informou que este foi assinado em Lisboa entre a Câmara Municipal do Porto e o MAI, tendo sido o Sr. Presidente convidado pela Sr.ª Secretária de Estado da Administração Interna e no momento, já ocorreu uma reunião com o Sr. Intendente Leitão e com uma técnica da Domus Social que irá partilhar o gabinete com este último, são dois os bairros visados, o da Pasteleira na zona ocidental e o Bairro do Cerco na zona oriental. No dia 17 será a apresentação do protocolo na CMP, tendo já sido pedida a nomeação daqueles que vão ser os parceiros do contrato de segurança. Quanto a Rio Tinto, mencionou a existência de 100 m de passadiço entre a freguesia de Águas Santas e Baguim, e que estava previsto que até 2020 ficará pronto um percurso pedonal e velocípede entre Ermesinde e o Freixo. O protocolo foi assinado pela Agência Portuguesa do Ambiente e por todas as Juntas e Câmaras.

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo intervenções das coletividades e do público, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a Assembleia.

A 1.ª SECRETÁRIA

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 2.ª SECRETÁRIA